



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas

DGADR  
Direcção-Geral  
de Agricultura e  
Desenvolvimento Rural

# PROGRAMAÇÃO



**CÓDIGO DE CONDUTA DA  
DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA  
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

# DGADR

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS**  
**DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**CÓDIGO DE CONDUTA DA DIRECÇÃO-GERAL DE**  
**AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

## ÍNDICE

	Pág.
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I</b> ÂMBITO DE APLICAÇÃO	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO II</b> OBJECTIVOS	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO III</b> PRINCÍPIOS GERAIS	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO IV</b> RELACIONAMENTO COM O EXTERIOR	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO V</b> RELAÇÕES INTERNAS	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO VI</b> APLICAÇÃO	<b>10</b>

## INTRODUÇÃO

A Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (adiante abreviadamente designada por “DGADR”), enquanto Organismo da Administração Directa do Estado, desenvolve a sua actividade, na prossecução do interesse público, sendo-lhe, assim, exigível total rigor e transparência na sua actuação e, em consequência, conferindo a todos os seus trabalhadores responsabilidade acrescida no seu desempenho profissional e na sua conduta.

O presente Código de Conduta estabelece o conjunto de princípios e de valores em matéria de ética profissional a que os trabalhadores da DGADR se encontram sujeitos e que deve ser reconhecido e adoptado por todos os trabalhadores da DGADR,

O Código de Conduta da DGADR constitui ainda uma referência para o público, no que respeita aos padrões de conduta no seu relacionamento com terceiros, de forma a incentivar a criação de um clima de confiança e de transparência entre todas as partes envolvidas.

## **CAPÍTULO I - ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

### **Artigo 1.º**

#### **Âmbito**

- 1 - O presente Código de Conduta aplica-se a todos os trabalhadores da DGADR, independentemente do vínculo ou da posição hierárquica que ocupem.
- 2 - A aplicação do presente Código, bem assim como a sua observância, não prejudica a aplicação de outras normas legais, gerais ou especiais, em vigor, sobre a mesma matéria.
- 3 - As regras estabelecidas pelo presente Código de Conduta têm carácter geral e imperativo, e o seu incumprimento poderá constituir infracção passível de procedimento disciplinar.  
As referidas infracções serão punidas nos termos da lei tendo em conta a gravidade da infracção, o grau de culpa do infractor e as consequências do acto..
- 4 - A observância das regras previstas no presente Código de Conduta, não impede nem dispensa, a consideração e respeito por regras de conduta específicas emitidas por autoridades, ligadas à actividade, no âmbito dos respectivos poderes e áreas de competência.

## **CAPÍTULO II - OBJECTIVOS**

### **Artigo 2.º**

#### **Objectivos**

#### **Os objectivos do presente Código são os seguintes:**

- 1 - Assegurar que, além do cumprimento das regras e deveres resultantes das disposições legais e regulamentares aplicáveis, as atribuições da DGADR sejam prosseguidas de acordo com rigorosos princípios deontológicos e sentido de responsabilidade social, visando a afirmação de uma imagem institucional de rigor, competência, idoneidade e transparência.
- 2 - Constituir um padrão e referencial de conduta a observar pelos seus trabalhadores, quer no relacionamento interno, quer no relacionamento externo.
- 3 - Garantir o segredo profissional no acesso, gestão e processamento de toda a informação relevante.
- 4 - Assegurar uma gestão transparente, responsável e prudente.

## **CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS GERAIS**

### **Artigo 3.º**

#### **Princípios gerais**

- 1 - No exercício das suas actividades, funções e competências, os trabalhadores da DGADR devem actuar, tendo em vista o interesse da DGADR, com responsabilidade, transparência, lealdade, independência, profissionalismo e confidencialidade, no conhecimento da missão e das políticas da qualidade, do ambiente e da segurança, em vigor na Direcção-Geral.
- 2 - Os princípios referidos no número anterior devem evidenciar-se, nomeadamente, no relacionamento com entidades de supervisão, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos de comunicação social, entidades públicas e privadas, público em geral, e entre os próprios trabalhadores da DGADR.
- 3 - Os trabalhadores da DGADR, independentemente da posição hierárquica que ocupem, devem desenvolver a sua actividade com integridade, honestidade, respeito pelas Leis e disposições regulamentares e reserva de informações confidenciais, devendo, ainda, garantir total independência entre os interesses da Direcção-Geral e os seus próprios interesses.

### **Artigo 4.º**

#### **Igualdade de tratamento e não discriminação**

Os trabalhadores da DGADR não podem praticar qualquer tipo de discriminação, em especial, com base na raça, sexo, idade, incapacidade física, preferência sexual, opiniões políticas ou convicções religiosas, tratando com respeito e dignidade todos os colegas

### **Artigo 5.º**

#### **Diligência, eficiência e responsabilidade**

Os trabalhadores da DGADR devem cumprir sempre com zelo, eficiência, e da melhor forma possível as responsabilidades e deveres que lhe sejam cometidos no exercício das suas funções, assim como, ter em conta as expectativas do público relativamente à sua conduta.

## **CAPÍTULO IV – RELACIONAMENTO COM O EXTERIOR**

### **Artigo 6.º**

#### **Reserva e discrição**

- 1 - Os trabalhadores DGADR devem guardar absoluto sigilo e reserva em relação ao exterior de todos os factos da vida da Direcção-Geral e de que tenham conhecimento no exercício das suas funções, que pela sua natureza, possam afectar o interesse da mesma, em especial no que se refere a informação de carácter confidencial.
- 2 - Inclui-se no número anterior, nomeadamente, dados informáticos de âmbito pessoal ou outros considerados reservados, bem como informação relativa a qualquer projecto realizado ou em desenvolvimento, quando tal for considerado como devendo ficar, obrigatoriamente, limitada aos serviços ou pessoas que da mesma necessitam, no exercício das suas funções ou por causa delas.
- 3 - Os trabalhadores da DGADR, não poderão fornecer informações relativas a actividade pré-contratual, ou contratual, ou relacionadas com procedimentos administrativos adjudicatórios em curso.
- 4 - Durante os procedimentos concursais para a celebração de contratos públicos, os trabalhadores apenas podem comunicar com as partes interessadas, através dos canais oficiais, abstendo-se de prestar informações verbais sobre os mesmo.
- 5 - Os trabalhadores envolvidos no acompanhamento da execução de contratos celebrados com terceiros, deverão assegurar o cumprimento das respectivas cláusulas, alertando os respectivos superiores hierárquicos para os casos de incumprimento e, nestas situações, propondo a aplicação das cláusulas penais estabelecidas, sob pena de causarem prejuízo e comprometerem a defesa do interesse público, caso omitam este comportamento.
- 6 - Os trabalhadores da DGADR devem, ainda, abster-se de produzir quaisquer declarações públicas ou emitir opiniões sobre matérias e assuntos sobre os quais se deva pronunciar a DGADR, ou que possam pôr em causa a imagem desta.

## **Artigo 7.º**

### **Relações profissionais**

Os trabalhadores da DGADR devem participar à mesma o exercício de outras actividades profissionais e os eventuais casos de impedimento ou incompatibilidade para o exercício de funções ou tarefa específica.

## **Artigo 8.º**

### **Dever de lealdade, independência e responsabilidade**

- 1 - Os trabalhadores da DGADR devem assumir um compromisso de lealdade para com a mesma, empenhando-se em salvaguardar a sua credibilidade, prestígio e imagem em todas as situações. Para tal deverão agir com verticalidade, isenção, empenho e objectividade na análise das decisões tomadas em nome da DGADR.
- 2 - No exercício das suas funções e competências, os trabalhadores da DGADR devem ter sempre presente o interesse da mesma, actuando com imparcialidade e deontologia profissional, recusando tratamentos de favor, evitando pressões e pautando as suas decisões pelo máximo de seriedade, integridade e transparência, no conhecimento das boas práticas da DGADR.
- 3 - Os trabalhadores da DGADR deverão pautar a sua actuação pelo estrito cumprimento dos limites das responsabilidades inerentes às funções que exercem, devendo, assim, usar os bens atribuídos e o poder delegado, de forma não abusiva, orientado à prossecução dos objectivos da instituição.

## **Artigo 9.º**

### **Cumprimento da legislação**

- 1 - A DGADR, através dos seus trabalhadores, deve respeitar e zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis às suas actividades.
- 2 - Os trabalhadores da DGADR, em particular, não devem, em nome do Organismo e nas acções ao serviço desta, violar a lei geral e a regulamentação específica aplicável às suas especialidades.



## **Artigo 10.º**

### **Conflito de interesses**

- 1 - Os colaboradores da DGADR que, no exercício das suas funções e competências, sejam chamados a intervir em processos ou decisões que envolvam, directa ou indirectamente, pessoas, entidades ou organizações com quem colaborem ou tenham colaborado, devem comunicar à Direcção a existência dessas relações, devendo, em caso de dúvida no que respeita à sua imparcialidade, abster-se de participar na tomada de decisões.
- 2 - Igual obrigação impende sobre os trabalhadores da DGADR nos casos em que estejam ou possam estar em causa interesses financeiros ou outros do próprio trabalhador ou de familiares e afins até ao primeiro grau ou ainda de outros conviventes.

## **Artigo 11.º**

### **Relações com terceiros**

- 1 - No exercício da sua actividade profissional e no que concerne à relação com terceiros, os trabalhadores da DGADR não devem aceitar ou recorrer a pagamentos ou favores, , nem entrar em cumplicidades para obter quaisquer vantagens, devendo recusar obter informações comerciais através de meios ilegais.
- 2 - Devem, ainda, abster-se de quaisquer práticas que possam pôr em causa a irrepreensibilidade do seu comportamento, nomeadamente, no que se refere a ofertas de ou a terceiros.
- 3 - A prática de um qualquer acto ou a sua omissão, seja lícito ou ilícito, contra o recebimento ou a promessa de uma qualquer compensação que não seja devida, para o próprio ou para terceiro, consubstancia crime de corrupção (anexo II).
- 4 - Constituem crimes próximos do crime de corrupção, os quais são igualmente prejudiciais ao exercício de funções públicas, o suborno, o peculato, o abuso de poder, a concussão, o tráfico de influência e a participação económica em negócio, que têm em comum a obtenção de uma vantagem ou compensação não devida.
- 5 - Durante os procedimentos concursais para a celebração de contratos públicos, os trabalhadores apenas podem comunicar com as partes interessadas, através dos canais oficiais, abstendo-se de prestar informações verbais sobre os mesmo.

- 6 - Os trabalhadores envolvidos no acompanhamento da execução de contratos celebrados com terceiros, deverão assegurar o cumprimento das respectivas cláusulas, alertando os respectivos superiores hierárquicos para os casos de incumprimento e, nestas situações, propondo a aplicação das cláusulas penais estabelecidas, sob pena de causarem prejuízo e comprometerem a defesa do interesse público, caso omitam este comportamento.

### **Artigo 12.º**

#### **Relacionamento com entidades de controlo e supervisão**

A DGADR, deve prestar às autoridades de, controlo e supervisão, toda a colaboração solicitada ou que se apresente útil ou necessária, não adoptando quaisquer comportamentos que possam impedir o exercício das correspondentes competências.

### **Artigo 13.º**

#### **Relacionamento com fornecedores**

- 1 - Os trabalhadores da DGADR terão presente que a Direcção-Geral se pauta por honrar os seus compromissos com fornecedores de produtos ou serviços e exige da parte destes o integral cumprimento das cláusulas contratuais, assim como, das boas práticas e regras subjacentes à actividade em causa.
- 2 - Os contratos a celebrar pela DGADR com terceiros, deverão ser redigidos de forma clara, sem ambiguidades ou omissões relevantes e no respeito pelas normas aplicáveis.
- 3 - Os trabalhadores da DGADR devem sensibilizar os fornecedores e prestadores de serviços para o cumprimento dos princípios éticos que informam a relação com terceiros.

### **Artigo 14.º**

#### **Relacionamento com a comunicação social**

- 1 - As informações prestadas aos meios de comunicação social ou contidas em publicidade devem possuir carácter informativo e verdadeiro, respeitando os parâmetros culturais e éticos da comunidade, o meio ambiente e a dignidade humana.
- 2 - As informações referidas no número 1 do presente artigo, devem contribuir para uma imagem de dignificação da DGADR e criação de valor para a instituição.

- 3 - Os trabalhadores da DGADR só deverão prestar as informações referidas no número 1 do presente artigo, após validação pelas hierarquias respectivas, na sequência da análise da oportunidade pelas vias competentes da Direcção-Geral.

## **CAPÍTULO V – RELACÕES**

### **Artigo 15º**

#### **Relação entre trabalhadores e aperfeiçoamento profissional**

- 1 - Os trabalhadores da DGADR devem pautar a sua actuação na organização pela motivação do aumento da produtividade, pelo envolvimento e participação, pela manutenção de um clima sadio e de confiança, no respeito pela estrutura hierárquica vigente, colaborando activamente, partilhando conhecimento e informação.
- 2 - Os trabalhadores da DGADR devem procurar, de forma contínua, aperfeiçoar e actualizar os seus conhecimentos, tendo em vista a manutenção ou melhoria das capacidades profissionais e a prestação dos melhores serviços.

## **CAPÍTULO VI – APLICAÇÃO**

### **Artigo 16.º**

#### **Compromisso de cumprimento**

Todos os trabalhadores da DGADR devem subscrever a declaração de adesão ao presente Código de Conduta, devendo a mesma ser periodicamente renovada com a menção de não terem ocorrido quaisquer violações dos princípios e deveres no mesmo consignado.

### **Artigo 17.º**

#### **Aplicação e acompanhamento**

- 1 - O presente Código de Conduta entra em vigor imediatamente após a sua aprovação pela Direcção da DGADR e respectiva homologação pela tutela.
- 2 - Em caso de dúvida na interpretação de qualquer artigo, os trabalhadores da DGADR deverão consultar a respectiva hierarquia.

3 - A violação do presente Código por qualquer colaborador poderá originar uma acção disciplinar, para além do competente procedimento penal relativo a actos que consubstanciem matéria crime.

### **Artigo 18.º**

#### **Divulgação**

A Direcção da DGADR promoverá a adequada divulgação do presente Código de Conduta por todos os trabalhadores e público em geral, através da sua página electrónica e da Intranet, de forma a consolidar a aplicação dos princípios e a adopção dos comportamentos no mesmo estabelecido.

# **CÓDIGO DE CONDUTA DA DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

## **FICHA TÉCNICA**

Editor: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Coordenação: Grupo de Trabalho de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da DGADR

Edição em suporte digital. 2010/11

Série Programação nº 49

ISSN 0872-993X

Distribuição: DSIGA - Divisão de Planeamento, Documentação e Informática  
Tapada da Ajuda, Edifício I, 1349-018 LISBOA  
Telfs.; 21 361 32 00, 21 361 32 83 – Linha azul 21 361 32 88 – Fax: 21 361 32 77  
E-mail: [dpdi.pub@dgadr.pt](mailto:dpdi.pub@dgadr.pt) - <http://www.dgadr.pt>